

Ocupar, Resistir: o movimento Ocupe Estelita na cidade do Recife

Resumo: Este artigo realiza um resgate da trajetória do Movimento Ocupe Estelita na cidade do Recife. O movimento surgiu em resposta ao projeto imobiliário Novo Recife, que prevê a construção de torres residenciais e comerciais no Cais José Estelita, área localizada na região central da cidade. Iniciamos o resgate com um breve histórico dos movimentos de ocupação e direito à cidade no Brasil e no mundo e, em seguida, com base no levantamento de documentação, delimitamos a história do movimento.

Abstract: *This paper aims to show the history of Movement "Ocupe Estelita" in the city of Recife. The movement started in react of New Recife, a real estate project that predicts the construction of residential and commercial towers at Jose Estelita Pier, in the city centre. This work firstly shows a brief historical overview of occupy movements and city rights around Brazil and world, and after, based on documents we elaborated a timeline of Ocupe Estelita Movement.*

Introdução

O conceito de direito à cidade surge com o sociólogo francês Henri Lefebvre (1968) no livro *Le droit à la ville (Direito à cidade)*, onde o autor escreve sobre segregação socioeconômica e define, em linhas gerais, o direito à cidade, como o direito à não exclusão das qualidades e benefícios da vida urbana. Na obra, o autor reivindica uma cidadania integral a todos os habitantes de uma cidade, qualquer uma, seja esse reconhecimento formal ou não. Assim, o "direito à cidade" postulado por Lefebvre se confunde com o direito à vida. O modelo de cidade criticado pelo francês é aquele criado a partir da industrialização e da difusão do capitalismo.

Nesse contexto, a cidade, enquanto local por onde circula o capital, reproduz a segregação, uma vez que a apropriação de espaços se dá de forma desigual. Para ele, a teoria que poderia legitimamente se chamar de "urbanismo" se reuniria "às significações da velha prática chamada habitar (isto é, o humano)" (LEFEBVRE, 2001, p.111). Segundo Lefebvre (2011), esse urbanismo só existe "virtualmente".

Essa cidade fruto do capitalismo criou, antes de tudo, polos de pobreza, como mostra Milton Santos (1993). A grande cidade se configura como o lugar de todos os capitais e de todos os trabalhadores. Assim, conforme o autor brasileiro, a cidade torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é o suporte quanto por sua estrutura física, que faz os habitantes das periferias ainda mais pobres. Na história brasileira, o processo de urbanização encontra associação com a pobreza, cujo lócus passa a ser, cada vez mais, a cidade; principalmente, a grande cidade, já que o campo brasileiro afasta os pobres e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos.

Utilizando-se do exercício de poder coletivo, do conceito de direito à cidade e em resposta aos formatos vigentes de urbanização, muitos protestos e movimentos sociais eclodiram nos últimos anos. A resistência aparece enquanto forma de produção de outras experiências de cidades.

Em 2008, o Consórcio Novo Recife – formado pelas empresas Moura Dubeux, Queiroz Galvão, GL Empreendimentos e Ara Empreendimentos – com-

prou um terreno da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA) por R\$ 10 milhões para investir R\$ 1,1 bilhão na construção de prédios residenciais e outros equipamentos urbanos na Avenida Engenheiro José Estelita¹.

A área compreende um terreno de 10,1 hectares entre os dois conjuntos de galpões ao longo do Cais José Estelita, região central do Recife. Em 2012, quando o projeto elaborado pelas construtoras para o local, o Novo Recife, chegou a conhecimento público, pessoas e organizações sociais passaram a se mobilizar para discutir formas de intervenções populares no debate dos rumos e nos processos de ocupação da cidade. Como apontaram notícias veiculadas na época, o grupo Direitos Urbanos foi criado para discutir as formas de ocupação da cidade:

"Desde 2012, o grupo Direitos Urbanos – Recife, de caráter não partidário, tem aglutinado e mobilizado manifestações, ocupações, audiências públicas, denúncias ao Ministério Público, dentre outras atividades para defender a área do Cais José Estelita. A área toda, além de sua beleza estética e de representar parte da identidade visual da cidade, tem grande valor histórico por permitir, ainda hoje, uma percepção de qual foi o padrão de ocupação da cidade que se consolidou ao longo do tempo".² (MARTINS e MOREIRA, 2014)

Para compreender o Ocupe Estelita, porém, é preciso analisar o contexto sócio-histórico em que o movimento surgiu.

Ocupações pelo mundo e direito à cidade

Um ano antes dos primeiros protestos no Cais José Estelita, uma onda de ocupações semelhantes ocorreu no mundo. A irrupção de manifestações pela reconquista do espaço público marcou o ano de 2011. Praças e ruas da Tunísia, do Egito, da Líbia e do Lêmen foram tomadas na Primavera Árabe; ocupações e greves foram registradas na Europa, especialmente na Espanha e Grécia. Os Estados Unidos viram seu centro financeiro, Wall Street, e espaços públicos de cidades norte-americanas serem ocupados por mani-

Marianna Lyra Cardoso

Graduanda em Rádio, TV e Internet pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

Contato:

mariannalyrac@gmail.com.

Anamaria Melo do Nascimento

Mestranda em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco – Unicap

Contato:

anamarianascimento@hotmail.com

Palavras-chaves:

Projeto Novo Recife. Movimento Ocupe Estelita. Movimento popular; Mercado imobiliário.

Keywords:

New Recife Project. Occupy Estelita movement. Popular movement. Real estate Market.

¹ Informações extraídas da reportagem "A batalha do Estelita", da Revista Superinteressante. Disponível em: <http://super.abril.com.br/comportamento/a-batalha-do-estelita/>. Acesso em 13 jul 2017.

² Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/cronica-de-uma-morte-anunciada-a-cobertura-do-ocupeestelita-em-pe-3964.html>. Acesso em 18 out 2015.

festantes que criticavam a desigualdade econômica.

Conforme Henrique Soares Carneiro (2012), em todos os países onde a insatisfação culminou em protestos houve uma mesma forma de ação, com ocupações de praças, articulações políticas que recusavam o espaço institucional e uso de redes de comunicação alternativas. De acordo Carneiro (2012, p.7),

“no ano de 2011 ocorreu um fenômeno que há muito não se via: uma eclosão simultânea e contagiosa de movimentos sociais de protesto com reivindicações peculiares de cada região, mas com formas de luta muito assemelhadas e consciência de solidariedade mútua. Uma onda de mobilizações e protestos sociais tomou a dimensão de um movimento global”.

Naquele ano, o que houve, segundo Carneiro, foi uma série de rebeliões praticamente espontâneas contra estruturas políticas vigentes e questionando a ordem do capitalismo financeirizado. Segundo Carneiro (2012, p.10),

“houve algo de dionísio nos acontecimentos de 2011: uma onda de catarse política protagonizada especialmente pela nova geração, que sentiu esse processo como um despertar coletivo propagado não só pela mídia tradicional da TV ou do rádio, mas por uma difusão nova, nas redes sociais”.

Uma pauta que uniu os “ocupas” (termo dado aos ocupantes e militantes do Movimento Ocupe Estelita), segundo João Alexandre Peschanski (2012), foi a questão da desigualdade econômica que mina sistematicamente o funcionamento democrático. O sociólogo pontua que as revoltas de 2011 colocaram na pauta política a discussão de alternativas a regimes econômicos desiguais.

Segundo Peschanski (2012, p.28), “o movimento global dos ‘ocupas’ – acampamentos de estudantes e trabalhadores em áreas públicas de centenas de cidades em todo o mundo – iniciado no segundo semestre de 2011, tem entre suas principais bandeiras a desigualdade econômica”.

Ainda sobre os “ocupas”, e focando nos movimentos que aconteceram no exterior, Alves (2012, p.36) afirma que:

“Os novos movimentos sociais, a princípio, não incorporam utopias grandiosas de emancipação social que exijam clareza político-ideológica. Pelo contrário, eles expressam, em sua diversidade e amplitude de expectativas políticas, uma variedade de consciência social crítica capaz de dizer ‘não’ e mover-se contra o status quo”.

Não há como ignorar, como mostra Bauman (1999), a influência do “global” no “local”. Em um mundo globalizado, não é possível analisar o Ocupe Estelita, um movimento localizado, sem considerar as influências externas, globais, vindas de todos os

cantos do mundo. Com a rapidez nas comunicações, uma das características da globalização, as noções de espaço mudaram. As distâncias “encurtaram” e a ideia de fronteira geográfica é cada vez mais difícil de sustentar. O progresso constante dos meios de transporte, que marcou a vida moderna, e o “transporte da comunicação” – que permite a informação viajar independente dos portadores físicos – foram determinantes para a mudança na noção de espaço. Como mostra Bauman (1999, p.20),

“A oposição ‘dentro’ e ‘fora’, ‘aqui’ e ‘lá’, ‘perto’ e ‘longe’ registrou o grau de domesticação e familiaridade de vários fragmentos (tanto humanos como não humanos) do mundo circundante. Próximo, acessível é primariamente, o que é usual, familiar e conhecido até a obviedade, algo ou alguém que se vê, que se encontra, com que se lida ou interage diariamente, entrelaçado à rotina e atividades cotidianas. ‘Próximo’ é um espaço dentro do qual a pessoa pode se sentir chez soi, à vontade, um espaço no qual raramente, se é que alguma vez, a gente se sente perdido, sem saber o que dizer ou fazer”.

Na onda de protestos de 2011, as mensagens dos manifestantes “viajavam” o globo rapidamente, podendo chegar do Oriente Médio ao Recife em fração de segundos. A internet e as redes sociais desempenharam papel fundamental para a Primavera Árabe, que é considerada a primeira das várias manifestações que ocorreram no mundo nessa época. O termo Primavera Árabe faz referência a uma série de manifestações ocorridas em países árabes do norte da África e que tiveram início na Tunísia, após o suicídio de um ambulante. Depois de não conseguir licença para trabalhar nas ruas, o vendedor passou anos sendo assediado por autoridades tunisianas. Sem dinheiro para pagar aos fiscais, teve a mercadoria que vendia nas ruas da cidade de Sidi Bouzid confiscada. Desesperado, ele se matou ao atear fogo no próprio corpo, desencadeando os protestos no país.

Pela internet, os manifestantes se comunicavam e divulgavam ocupações não apenas para a Tunísia, mas para o mundo. O governo autoritário de Ben Ali, que já era intolerante com a liberdade na internet, encerrou as atividades de vários sites e prendeu vários *bloggers*. De acordo com Pereira *apud* Costa e Souza (2012), os acontecimentos na Tunísia se espalharam pelos países vizinhos, provocando uma onda revolucionária em grande parte do Oriente Médio. O diferencial era que, nas revoltas populares da Primavera Árabe, as manifestações organizadas provinham primeiramente da internet para depois chegar às ruas.

Se antes o controle da informação estava nos meios oficiais de comunicação, como TVs, rádios e jornais, o domínio sobre ela começou a ruir, despertando o interesse de vários estudiosos sobre a importância das redes sociais, como Facebook e Twitter, para a Primavera Árabe e, conseqüentemente, para o mundo. Nesse sentido, Cabral e Cangassu (2011) observam que:

“entende-se que a Primavera Árabe trata-se,

na verdade, de um movimento democrático provavelmente associado à globalização da informação e aos novos meios de comunicação, em especial a internet. Assim sendo, o amplo acesso à informação no mundo atual tem tornado cada vez mais difícil a permanência de regimes totalitários, tendo em vista que a internet retira dos regimes não democráticos a capacidade de controlar a informação”.

Durante e depois da Primavera Árabe, pesquisadores de todo o mundo se debruçaram sobre a importância das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) para a rebeldia urbana contemporânea. Um aspecto que chama a atenção nesse sentido é que a maioria dos aglutinadores e participantes das manifestações é formada por jovens, que foram chamados às ruas inicialmente pelas redes sociais, isto é, uma forma de comunicação interpessoal e que não depende dos meios tradicionais de mídia. De acordo com Castells (2013), o papel da internet e da comunicação sem fio nos atuais movimentos sociais em rede é fundamental. Segundo o autor, “os movimentos sociais em rede de nossa época são amplamente fundamentados na internet, que é um componente necessário, embora não suficiente, da ação coletiva” (CASTELLS, 2013, p.171).

Usar as redes sociais como principal forma de comunicação também foi uma estratégia do Movimento Ocupe Estelita. Como pontua Gomes (2015, p.03),

“a comunicação feita pelo Ocupe Estelita – sufocada por uma imprensa local silenciosa e submissa aos interesses de grandes grupos de empreendedores – age como instrumento de empoderamento do cidadão recifense sobre sua cidade, estimula o (re) nascimento de um sentimento de pertencimento à cidade”.

Por outro lado, conforme Lima (2013, p.87),

“apesar de ‘conectados’ por essas redes e, portanto, de não se informarem, não se divertirem e não se expressarem (prioritariamente) por meio da velha mídia, os jovens que detonaram as manifestações ainda dependem dela para alcançar visibilidade pública, isto é para serem incluídos no espaço formador de opinião pública. Esse aparente paradoxo decorre do fato de que a velha mídia, sobretudo a televisão, (ainda) controla e detém o monopólio de ‘tornar as coisas públicas’. Além de dar visibilidade, ela é indispensável para ‘realimentar’ o processo e permitir a sua própria continuidade”.

Ainda em 2011, não demorou muito para ações com características semelhantes às registradas no Oriente Médio – ou seja, aglutinadas por jovens, divulgadas nas redes sociais e de enfrentamento ao poder da grande mídia – chegassem ao Brasil. Ocupações começaram a surgir influenciadas pelos protestos que ocorriam mundo afora. No estado de São Paulo, por exemplo, o primeiro mês de 2012 foi marcado por uma

série de manifestações contra a “desocupação do Pinheirinho”, uma operação de reintegração de posse, em favor do especulador imobiliário Naji Nahas, de um terreno que abriga aproximadamente 1,6 mil famílias na comunidade Pinheirinho, em São José dos Campos. Os moradores foram expulsos com o uso de cassetetes, balas de borracha e gás de pimenta pela Polícia Militar. O filósofo Edson Teles (2012) pontua que ações como essa, de caráter higienista, ocorreram nesse período no Brasil sob o disfarce de um discurso de garantia da segurança pública. Conforme Teles (2012, p.79), “o poder público, aliado ao interesse privado da especulação, posiciona-se de maneira favorável à ideia da expansão imobiliária como sinal de desenvolvimento”.

Apesar de os movimentos classificados como “ocupas” terem eclodido no Brasil nessa época, protestos com características semelhantes e encabeçado por jovens não eram novidade no país. De acordo com Poerner (1995), protestos protagonizados por jovens no Brasil, principalmente estudantes, são organizados, tal como entendemos hoje, desde a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937. Isso não significa, porém, que as “rebeliões da juventude”, como classifica o autor, tenham ocorrido apenas a partir desse ano. Segundo o Poerner (1995, p.51-53),

essa participação precede a aquisição mesma da independência política formal do país, pontilhada, não raro, pelo cunho de pioneirismo que particularizava, por exemplo, a fundação, em 1852, da sociedade abolicionista Dois de Julho, pelos acadêmicos baianos de medicina. [...] A primeira manifestação estudantil registrada pela história brasileira ocorre ainda no período colonial, em 1710, quando da invasão que mais de mil soldados franceses, sob o comando de Jean François Duclerc, empreendem no Rio de Janeiro. [...] Os jovens que, capitaneados por Bento do Amaral Coutinho, se portaram tão valentemente – conforme o testemunho unânime dos historiadores, que não divergem quanto à valentia demonstrada –, estudavam em conventos e colégios religiosos, pois, à época, ainda não havia ensino universitário no Brasil”.

Aqui, enfatizamos a história da participação jovem, principalmente dos estudantes nos protestos ocorridos em território nacional, pois, as manifestações dos “ocupas” aconteceram, como já foi pontuado, tanto no Brasil quanto nos protestos do exterior – que inspiraram as ocupações brasileiras, foram protagonizadas por jovens. De acordo com Alves (2012, p.31-32),

“(Na Primavera Árabe), a multidão árabe, composta em sua maioria por jovens com trabalhos precários ou desempregados, mobilizou-se por meio das redes sociais. [...] No caso europeu, muitos dos manifestantes são jovens empregados, trabalhadores desempregados e estudantes de graduação subjugados pelo endividamento e inseguros quanto ao seu futuro”.

Da mesma forma, como a participação da juventude em protestos não era uma inovação, adotar ocupações como estratégia em manifestações também não pode ser considerado novidade no Brasil e no mundo. Como lembra Alves (2012, p.33), “há tempos, o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), no Brasil, e o Zapatismo, no México, valem-se de estratégias de ocupação como tática de luta e visibilidade social”.

No caso do Ocupe Estelita, a influência das pautas e estratégias do MST foi clara. Um dos eventos realizados no Cais José Estelita levou integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra para discutir questões relacionadas a disputas por espaços no campo e na cidade. O convite do Movimento Ocupe Estelita para o evento Ocupe Campo – Cidade, realizado no dia 12 de abril de 2012, ressaltava que:

*“a disputa, seja no campo, seja na cidade, é por espaço – obviamente respeitando as especificidades de cada lugar. Se no campo a demanda da reforma agrária escancara a dominação autoritária dos latifundiários e as ameaças geradas pelo agronegócio, na cidade, a especulação imobiliária varre para zonas periféricas homens e mulheres de raças e classes ‘indesejadas’, ‘revitalizando’ centros para a classe dominante. A terra e a moradia são território de disputa e conflito em um contexto social no qual o lucro de poucos se sobrepõe às vidas e direitos básicos de muitos”*³.

Apesar da discussão em torno das questões no campo, a pauta do Ocupe Estelita se centrava no urbano e tinha uma pauta específica: o direito à cidade⁴. Segundo Carlos (2016, p.108), o direito à cidade sugere a constituição de uma nova sociedade, colocando em questão a própria sociedade urbana e a segregação como forma predominante da produção do espaço urbano capitalista. A autora pontua que “as lutas pela apropriação do espaço urbano que surgem no cotidiano questionam o sentido da metrópole produzida sob a égide do processo de valorização que aprofunda e encobre os mecanismos de segregação”.

De acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, a palavra “segregação”, mencionada por Carlos (2016), foi registrada no idioma falado no Brasil em meados do século XIX. Seu primeiro sentido é de “ato ou efeito de segregar (-se), afastamento, separação, segregamento”. Etimologicamente, vem do latim *segregatio*, que significa “separação”. A compreensão do vocábulo se faz importante ao discutir questões e lutas urbanas, pois, segundo Carlos, a segregação é característica fundamental da produção do espaço urbano contemporâneo. Ao mesmo tempo, é o negativo da cidade e da vida urbana. Carlos (2016, p. 96) pontua que:

A segregação vivida na dimensão do cotidiano (onde se manifesta concretamente a concentração da riqueza, do poder e da propriedade) apresenta-se, inicialmente, como diferença, tanto nas formas de acesso à moradia (como a expressão mais evidente da mercantilização do espaço urbano), quanto em relação ao

transporte urbano como limitação de acesso às atividades urbanas (como expressão da separação do cidadão da centralidade), bem como através da deterioração/cercamento/diminuição dos espaços públicos (como expressão de estreitamento da esfera pública). [...] Deste modo, a segregação surge em contradição à reunião (sentido mais profundo da prática urbana)”.

Assim, o encolhimento da esfera pública e a expansão da esfera privada é uma realidade que vem se impondo nas metrópoles. Com isso, conforme Carlos (2016, p. 106), “reduzem-se as possibilidades da vida humana definida no âmbito da sociabilidade, das trocas como consequências da reunião diante dos espaços públicos deteriorados ou de parques/áreas verdes como espaço da contemplação passiva, mais do que da ação cívica”.

A autora observa também que a segregação enquanto fenômeno urbano existe desde a criação das cidades. No entanto, sob o capitalismo, ela ganha outra forma: a produção do espaço enquanto mercadoria como momento de realização do processo de acumulação. Segundo Carlos (2016, p.99), “a cidade, produto e obra, encontra-se sob as determinações do capitalismo [...] e tornou a própria cidade uma mercadoria [...]”. O espaço urbano tornado mercadoria faz com que seu acesso seja determinado pelo mercado imobiliário”.

Ainda sobre a segregação como característica das cidades contemporâneas, Souza (2016) vê projetos de “revitalização” e congêneres como promotores de segregação. Revitalizar, requalificar ou regenerar, como indica o autor, pressupõe espaços que estavam “mortos”, “desqualificados” ou “destruídos”. Souza (2016, p.140) aponta que “‘revitalização’, ‘requalificação’, etc. são os eufemísticos e ideológicos nomes das estratégias que visam a promover esse objetivo, bancado por regimes urbanos saturados de mentalidade ‘empresarialista’”. Por “esse objetivo”, o autor fala sobre a tentativa de implementação de ações, amparadas por significativa hegemonia ideológica entre a classe média, que tem como premissa tática a ideia de que a presença dos pobres em áreas centrais é um obstáculo a ser removido, em prol da “modernização”. Para Souza (2016, p.143),

“na exata medida em que o projeto da ‘cidade empresarialista’ der certo, com seu cortejo de vícios e perversidades, aí incluída uma ‘revitalização’ que reforça e agrava a segregação e parece interditar aos pobres o direito de morar nas áreas centrais, as cidades brasileiras darão errado”.

Como observou Nina Rabha (1984), “menosprezar, depreciar, esquecer, são resultado do uso de uma escala abrangente de análise, que não leva em conta os valores internos do lugar”. Nesse sentido, Souza (2016) acrescenta que tais valores não são levados em consideração porque levá-los em conta é algo incompatível com as necessidades “revitalizadoras” do capital. Assim, Souza (2016, p.133) pontua que:

3 MOVIMENTO OCUPE ESTELITA. Campo e cidade se juntam no Cais José Estelita. Disponível em <<http://www.mst.org.br/2015/04/10/campo-e-cidade-se-juntam-no-cais-jose-estelita.html>>. Acesso em 16 jul 2017.

4 “A proposta do #ocupestelita é chamar a atenção para a área e principalmente reforçar que existem muitas possibilidades de ativá-la; que as propostas de Moura Dubeux e Queiroz Galvão não são as únicas maneiras de integrá-la à cidade; ao contrário, é uma das piores, justamente porque a conecta com uma face da cidade que não reflete sua diversidade, que não enfrenta seus problemas e que não respeita sua identidade e sua história.” Trecho da carta de convocação da primeira ocupação no Cais José Estelita. Disponível em: <<https://direitosurbanos.wordpress.com/ocupestelita-0/ocupestelita/>>. Acesso em 16 jul 2017.

“em todo o planeta, ‘revitalizar’ espaços ‘de-teriorados’ tem sido um dos principais expedientes na criação de novas ‘frentes pioneiras urbanas’ para o capital. Estamos imersos na era, por excelência, da cidade como uma ‘máquina de crescimento’”.

Já Rodrigues (2016) vê nos condomínios fechados outra faceta da segregação nas cidades. Segundo a autora, esse tipo de espacialização reforça a noção de espaços seguros versus espaços inseguros. A autora pontua que os empreendedores imobiliários produzem espaços que aumentam a desigualdade socioespacial onde o Estado parece estar ausente. Essa separação, conforme Rodrigues (2016, p.161),

“É calcada na propriedade privada da terra e nas edificações nela contidas, projetadas para permitir maiores rendas, lucros e juros. Nas zonas selvagens encontram-se os pobres, os violentos, sujos, drogados, o trânsito, a sujeira, a falta de áreas verdes e de equipamentos de uso coletivo. Nas civilizadas, moram os que estão constantemente ameaçados e para se defenderem criam (incorporação imobiliária) e usufruem (compradores/moradores) de enclaves, que contam com áreas verdes, equipamentos coletivos, limpeza, deslocamento seguro, além de serem tidos como ‘sustentáveis’”.

Assim, os conflitos sociais resultantes do processo de intervenções urbanas se manifestam por meio da resistência que, conforme Serafim (2012), às vezes ocorre de forma direta, como nas lutas contra as desapropriações quanto na exigência de uma parcela crescente da população por direito à cidade, uma urgência de utilização do espaço público como um território para vivência da vida cotidiana. De acordo com Serafim (2012, p. 186),

“As grandes intervenções contribuem para a promoção de alterações significativas nas formas de produção e apropriação social do espaço urbano. O processo de produção não é apenas histórico e social, sendo responsável por conflitos, pois nem todos se apropriam desse espaço de maneira democrática, nem vão ter as mesmas oportunidades, o que gera segregação espacial e privação da cidadania”.

Iniciado no Recife em 2012, o Ocupe Estelita, em defesa de uma área pública leiloada em 2008 para empresas privadas, é um desses conflitos. O histórico e ações do momento serão detalhados no próximo tópico.

Cinco anos de Movimento Ocupe Estelita

As mobilizações do Movimento Ocupe Estelita começaram em 2012, quatro anos depois de o consórcio Novo Recife – formado pelas construtoras Moura Dubeux, Queiroz Galvão, GL Empreendimentos e Ara

Empreendimentos – comprar em leilão a área da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA). O projeto imobiliário pretendia construir 12 torres residenciais e comerciais de alto padrão, com até 40 andares. O metro quadrado das unidades do empreendimento custaria de R\$ 5,5 mil a R\$ 7,5 mil, o que tornaria a área uma das mais caras da cidade⁵. Além disso, o plano previa estacionamentos para cerca de cinco mil veículos.

No dia 29 de fevereiro de 2012, o consórcio Novo Recife anunciou o início das obras no Cais José Estelita. Em reportagem publicada no *Jornal do Commercio*, o diretor da construtora Moura Dubeux, única fonte de informação ouvida pela reportagem, informa que uma área de 15 mil metros quadrados seria demolida para a construção dos prédios. “Nossa proposta é oferecer uma qualidade de vida para quem vai morar no local, mas que essa convivência esteja conectada com toda a cidade”, afirmou Eduardo Moura⁶.

Contrários à construção dos prédios por entender que o projeto seria danoso à cidade visto que não apresentam relatórios de impacto ambiental e de vizinhança e por ser desproporcional à massa edificada do bairro de São José; estudantes, arquitetos, professores e movimentos sociais começaram a se organizar para protestar contra o Novo Recife. Era a primeira vez que um movimento social articulado e com uso das redes sociais como ferramenta de comunicação protestava contra o modelo de crescimento urbano na capital pernambucana.

Às 9h do dia 15 de abril de 2012, um domingo, aconteceu o primeiro ato de ocupação da área no Cais José Estelita.

“A luta do movimento Ocupe Estelita é para que a cidadania ocupe o cais por meio da observância da legislação vigente; da inclusão popular no desenho das oportunidades para a área do centro-sul da capital pernambucana; do respeito ao meio ambiente e do investimento imobiliário responsável”, explicou o grupo na página Direitos Urbanos na internet” (BUENO, 2014)

O projeto imobiliário foi aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) da Prefeitura de Recife em 28 de dezembro de 2012, a três dias do fim da gestão do ex-prefeito do Recife, João da Costa (PT-PE). A sessão foi realizada a portas fechadas. O ano que seguiu a aprovação, 2013, foi marcado pela intensificação da batalha judicial sobre o andamento do projeto. Os eventos promovidos pelo movimento Ocupe Estelita na área também se tornaram mais frequentes.

Nos primeiros meses de 2013, a então promotora de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Belize Câmara, participou de debates sobre o projeto Novo Recife em audiências públicas e entrou com uma ação civil pública em que solicitou a suspensão do plano imobiliário. Entre outros pontos, a promotora argumentava que o projeto não obedeceu a critérios básicos para a construção, como o parcelamento do terreno (divisão em lotes) antes de sua aprovação.

No dia 1º de março de 2013, uma semana após a

⁵ De acordo com pesquisa divulgada em janeiro de 2017 pela plataforma digital de imobiliárias e corretores Viva Real, Recife é a quarta capital com valor de venda de imóveis mais alto do Brasil. Os bairros com o metro quadrado mais caros da cidade são o Pina (R\$ 7.595), Jaqueira (R\$ 7.168), Poço da Panela (R\$ 6.713) e Boa Viagem (R\$ 6.598). Disponível em: < www.vivareal.com.br/dmi/recife-dados-mercado-imobiliario >. Acesso em 19 jul 2017.

⁶ Disponível em: <<https://pedesenvolvimento.com/2012/02/29/comecam-obras-do-projeto-novo-recife-no-cais-jose-estelita/>> Acesso em 19 jul 2017.

⁷ Disponível em <<https://direitosurbanos.wordpress.com/ocupeestelita-0/ocupeestelita/>>. Acesso em 19 jul 2017.

Justiça suspender o processo de aprovação do projeto na Prefeitura do Recife, em resposta à ação civil pública movida pela promotora, ela foi afastada da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente do Recife⁸. Aos gritos de “Volta, Belize!”, cerca de 100 pessoas realizaram uma manifestação, no dia 6 de março de 2013, em frente à sede do MPPE, bairro de Santo Antônio. O protesto, porém, não surtiu efeito. Até 2017, a promotora continuava afastada do cargo.

Em abril de 2013, os integrantes do movimento Ocupe Estelita ocuparam o cais para o evento Ocupe Estelita +1, definida pelos manifestantes como “um momento de encontro, um espaço para discussão dos rumos e impactos do processo de desenvolvimento urbano em curso no município do Recife”. O encontro aconteceu na tarde do dia 28 e promoveu exposição fotográfica, shows, apresentações teatrais e de dança, plantio de árvores e palestra.

Depois da aprovação do projeto Novo Recife pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) da Prefeitura de Recife ter sido anulado pela Justiça após a ação movida pela promotora Belize Câmara, em agosto de 2013, a Câmara dos Vereadores do Recife, aprovou o projeto de lei 23/2013, de autoria do prefeito Geraldo Julio (PSB-PE), transferindo o CDU da Secretaria de Planejamento para a Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano. A decisão foi alvo de protesto de entidades, como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-PE) e a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Pernambuco (OAB-PE), e do grupo Direitos Urbanos, contrários à mudança⁹.

Após as mudanças, no dia 21 de maio de 2014, o grupo imobiliário responsável pelo projeto Novo Recife conseguiu autorização da Prefeitura de Recife para demolir os antigos armazéns de açúcar, mesmo após a Justiça ter proibido qualquer etapa da obra em função da ausência de estudos de impacto obrigatórios. Apesar da mobilização social, que durava mais de dois anos, o Consórcio Novo Recife deu início à demolição do cais. A operação começou por volta da meia noite e chamou a atenção de um dos ativistas do movimento Ocupe Estelita, que passou pelo local no momento e enviou imagens da destruição por celular para outros ativistas. A notícia se espalhou pelas redes sociais. Um grupo foi até o cais e decidiu passar a noite no local vigiando para que as máquinas não voltassem a derrubar os armazéns. A ocupação, inicialmente programada para acontecer de um dia para o outro, acabou durando 58 dias.

No dia seguinte ao início da ocupação, 22 de maio de 2014, a demolição dos antigos armazéns foi embargada por uma liminar do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que alegou que o consórcio descumpriu um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), firmado entre as empreiteiras e o órgão de proteção ao patrimônio. O documento visava garantir a proteção dos registros relacionados à produção de conhecimento sobre a área. Um dia depois, em 23 de maio de 2014, aconteceu a primeira audiência pública sobre o projeto Novo Recife. A população teve acesso ao plano imobiliário e apontou os problemas que as construções poderiam causar no cais e na cidade, entre eles a perda de parte da história e da identidade do Recife.

Em 3 de junho daquele ano, a Prefeitura do Re-

cife suspendeu a licença que autorizava a demolição dos galpões do cais. Dois dias depois, a construtora Moura Dubeux, declarou que o consórcio Novo Recife seria favorável à criação de um novo projeto para a área. No dia 16 de junho, houve uma reunião entre o consórcio Novo Recife, a Prefeitura do Recife, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (CAU-PE), o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-PE), o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Na reunião foi estabelecido um prazo de 30 dias para que fossem modificadas as diretrizes urbanísticas do projeto Novo Recife.

O acordo também previa que se fosse ocorrer uma ação de reintegração de posse da área, ela precisaria ser comunicada com 48 horas de antecedência e deveria contar com a presença do Ministério Público. Porém, um dia depois de a concordata ser firmada, em 17 de junho de 2014, sob as ordens do então governador do estado João Lyra (PSB-PE) – que ocupava o cargo após o afastamento do governador Eduardo Campos para campanha presidencial – o Batalhão de Choque da Polícia Militar de Pernambuco (PMPE) foi enviado ao Cais José Estelita para expulsar à força os manifestantes que ocupavam o local.

Durante a operação, quatro pessoas foram detidas, entre elas dois estrangeiros — um peruano e um argentino. De acordo com o capitão da Polícia Militar de Pernambuco, Júlio Aragão, então chefe da Comunicação Social da corporação, as prisões aconteceram por “desobediência, ameaça e incitação de violência”¹⁰. De acordo com o governo de Pernambuco, três pessoas ficaram feridas: uma mulher que desmaiou, um rapaz de 18 anos que foi atingido por estilhaços de bomba de efeito moral e uma manifestante que inalou muito gás lacrimogêneo. Os manifestantes informaram que o número de feridos foi de 35 pessoas.

No mesmo dia da ação de reintegração de posse, a Anistia Internacional, organização não governamental que defende os direitos humanos, divulgou nota pública condenando o uso excessivo da força pela PM na desocupação do Cais José Estelita:

“Os manifestantes estavam em negociação com autoridades locais, com acompanhamento do Ministério Público, e havia o compromisso de que qualquer reintegração de posse teria um aviso prévio de 48 horas. Há denúncias de manifestantes feridos, equipamentos confiscados, destruição do acampamento e pessoas detidas sob a acusação de formação de quadrilha. A Anistia Internacional pede a investigação imediata dos abusos cometidos pela Polícia Militar e que seja retomada a negociação com os participantes da ocupação”¹¹.

Em março de 2015, o Iphan incluiu a área operacional do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas – no terreno do Cais José Estelita, vizinho ao local previsto para o projeto Novo Recife – na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário Brasileiro. Menos de um ano depois da desocupação do cais, em 4 de maio de 2015, a Câmara de Vereadores do Recife aprovou por unanimidade, em primeira e segunda votações, o projeto de lei número 08/2015 –, o Plano Específico

⁸ O Ministério Público de Pernambuco decidiu por dispensar a ilustre e competente colega Belize Câmara, titular da 3ª Promotoria de Justiça Cível de Jaboatão do Guararapes, da acumulação temporária da Promotoria de Meio Ambiente da Capital, porquanto naquele município de Jaboatão faltam promotores da Infância e Juventude, e, designá-la para o exercício cumulativo na mencionada Promotoria.” Trecho de nota oficial do Ministério Público de Pernambuco sobre o afastamento da promotora. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/noticia/2013/03/01/belize-camara-e-afastada-da-promotoria-de-defesa-do-meio-ambiente-do-recife-75060.php>>. Acesso em 19 jul 2017.

⁹ “A nossa oposição ao referido Projeto de Lei decorre da constatação de que ele aprofunda uma separação entre o planejamento do desenvolvimento da cidade e sua execução, afrontando o que prevê o Plano Diretor da Cidade do Recife”, argumenta a carta, assinada pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-PE), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PE), Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-PE), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-PE), Direitos Urbanos Recife, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU-UFPE).

¹⁰ Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/06/quatro-sao-detidos-e-varios-feridos-na-desocupacao-do-estelita.html>>. Acesso em 20 jul 2017.

¹¹ Disponível em: <<https://anistia.org.br/noticias/nota-publica-anistia-internacional-condena-uso-excessivo-da-forca-pela-pm-na-desocupacao-cais-jose-estelita-em-recife-pe/>>. Acesso em 19 jul 2017.

do Cais José Estelita, Santa Rita e Cabanga. A região contemplada pelo projeto fica no centro histórico da capital pernambucana, incluindo a área de interesse do projeto Novo Recife.

A sessão na casa do legislativo municipal aconteceu no mesmo dia em que o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) encaminhou à presidência da Câmara um ofício informando sobre ação civil pública que pede a devolução do projeto de lei para o Conselho da Cidade da Prefeitura do Recife. A votação do projeto não estava na pauta do dia da Câmara do Recife. A matéria foi incluída para sessão extraordinária.

De acordo com o portal de notícias G1¹², houve confusão, com discussão entre vereadores e o então presidente da Casa, Vicente André Gomes (PSB-PE); proibição de entrada do público nas galerias e gritaria entre os ativistas contrários à medida e que conseguiram ficar no plenário. Por causa do tumulto, a bancada de oposição se retirou na hora da votação.

No dia seguinte à votação, manifestantes contrários à aprovação do Plano Específico do Cais José Estelita, Santa Rita e Cabanga fizeram um protesto de aproximadamente cinco horas pelas ruas do Recife. Eles saíram da frente da Câmara de Vereadores. A passeata seguiu pela Rua do Hospício, Avenida Conde da Boa Vista, Ponte Duarte Coelho, Avenida Guararapes, Avenida Dantas Barreto, Nossa Senhora do Carmo, Cais de Santa Rita, Cais José Estelita e Pina. O protesto foi encerrado dentro do Rio Mar Shopping, na Zona Sul da cidade.

Os integrantes do movimento Ocupe Estelita voltaram a protestar contra o plano no dia 7 de maio de 2015. Os manifestantes se reuniram na Praça do Derby, na área central do Recife, e fizeram uma passeata pela Avenida Agamenon Magalhães, principal corredor viário do Recife. A tróça carnavalesca Empatando Tua Vista, criada pelo movimento e que critica a verticalização excessiva da cidade, tomou a frente do protesto. Antes da caminhada, os ativistas leram um texto explicando os motivos da manifestação. "Ocupamos a cidade e manteremos ocupada pelo tempo que for necessário para sua real transformação. Democratizar nossa cidade é nosso dever e desejo", informava a mensagem lida¹³.

A caminhada chegou à rua onde morava o prefeito Geraldo Julio (PSB-PE). Um acampamento foi montado pelos manifestantes em frente ao prédio onde vivia o chefe do executivo municipal. A Rua Neto Campelo, no bairro da Torre, Zona Oeste da cidade, ficou fechada por faixas pedindo a reabertura do diálogo com a Prefeitura do Recife. O evento "Praia do Geju (referência ao nome do prefeito Geraldo Julio)", foi divulgado pelo movimento Ocupe Estelita pelas redes sociais. Atividades, como projeções de vídeos e aulas, aconteceram na rua.

Dois dias depois de o acampamento ter início, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), em decisão assinada pelo juiz Djalma Andreilino Nogueira Júnior, determinou a desocupação da Rua Neto Campelo. Houve alguns momentos de tensão, quando moradores do prédio, que haviam instalado uma faixa com a frase "Respeitem nossas famílias" na fachada do edifício, atiraram sachês de ketchup nos manifestantes, que encerraram o acampamento.

Em 30 de setembro de 2015, a Polícia Federal em Pernambuco (PF-PE) informa, em entrevista coletiva à imprensa, que houve fraude no leilão do terreno do Cais José Estelita, realizado em 2008. No mesmo dia, a Câmara Municipal do Recife, em parecer assinado pelo vereador Aerto de Brito Luna (PRP-PE), havia se posicionado favoravelmente ao projeto: "considerando a viabilidade técnica do Empreendimento e que os projetos atendem às recomendações e aos índices urbanísticos determinados na legislação vigente, opinou favoravelmente à aprovação dos projetos"¹⁴, informava o documento elaborado em resposta ao ofício número 22/2015 da Câmara.

No dia 28 de novembro de 2015, a Justiça Federal anulou o leilão de venda da área onde seriam construídas as torres. A decisão judicial levou em conta a investigação da Polícia Federal, que apontou que a compra do terreno foi fraudulenta. A decisão—processo número 0001291-34.2013.4.05.8300 — determinou que o Consórcio Novo Recife restabelecesse o estado anterior em que o local estava.

A sentença atendeu a um pedido do Ministério Público Federal (MPF) e condenou o Consórcio Novo Recife a devolver o patrimônio público em até trinta dias e determinou que a Prefeitura do Recife, a União Federal e o Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico (Iphan) "se abstenham a autorizar todo e qualquer projeto que controverta ao ambiente histórico, paisagístico, arquitetônico e cultural das áreas do entorno do Forte das Cinco Pontas, incluindo o Cais José Estelita, sob as penas da lei"¹⁵. Em junho de 2016, a Justiça Federal emitiu uma reafirmação de sentença e manteve a anulação do leilão do Pátio Ferroviário no Cais José Estelita. Em comemoração aos cinco anos do movimento, os ativistas do Ocupe Estelita ocuparam a área do cais no dia 21 de maio de 2017 para promover atividades, como debates e rodas de poesia, música, arte e cinema.

Considerações finais

Acreditamos que a experiência e trajetória do Movimento Ocupe Estelita indica que a estratégia de mobilização coletiva, materializada nas ocupações, torna visível a insatisfação da população em meio às disputas e interesses do mercado imobiliário. Percebe-se que a posição do movimento se alinha ao pensamento de Lefebvre no que diz respeito à necessidade de uma cidade que assume a ótica dos cidadãos. Isto é, o direito à cidade como o direito à plena fruição do espaço social. Nota-se que o Ocupe Estelita buscou colocar em prática a forma de democracia direta mencionada pelo francês, ou seja, do controle direto das pessoas sobre a forma de habitar a cidade, que é uma obra humana coletiva em que os indivíduos têm espaço para manifestar suas diferenças. A resistência de corpos e coletivos, a partir do incômodo, fizeram ouvir os anseios de uma população de retomar a cidade e de participar das decisões de seus destinos, para que, dessa forma, a cidade exista não somente na sua concretude, mas também, como um local desejável com a participação da sociedade.

¹² Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/05/camara-do-recife-aprova-plano-para-area-do-cais-jose-estelita.html>>. Acesso 22 jul. 2017.

¹³ Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita/posts/486863214793997>>. Acesso em 22 jul 2017.

¹⁴ Disponível em: <<s:selurb.recife.pe.gov.br/sites/default/files/Paracer%20relator%20Novo%20Recife.pdf>>. Acesso em 22 jul 2017.

¹⁵ Disponível em: <<http://tebas.jfpejus.br/consultaProcessos/resimprsentintegra.asp?CodDoc=4612361>>. Acesso em 22 jul 2017.

Referências bibliográficas

- ALVES, Giovanni. (2012), *Ocupar Wall Street... e depois?*. São Paulo, Boitempo/Carta Maior.
- BAUMAN, Zygmunt. (1999), *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- BUENO, Chris. (2014), "Ocupe Estelita: movimento social e cultural defende marco histórico em Recife". <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000400003>. Acessado em: 15/11/2018.
- CABRAL, Bruno Fontenele & CANGUSSU, Débora Dadiani Dantas. (2011), "Primavera árabe: reflexões sobre a existência do direito à democracia". *Jus Navigandi*, 16, 2795.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. (2016), "A prática espacial urbana como segregação e o "direito à cidade" como horizonte utópico", in VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.), *A cidade contemporânea: segregação espacial*, São Paulo, Contexto.
- CARNEIRO, Henrique Soares. (2012), "Rebeliões e ocupações de 2011", in HARVEY, David; TELES, Edson e SADER, Emir et. al (orgs.). *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*, São Paulo, Boitempo/Carta Maior.
- CASTELLS, Manuel (2013). *Redes de indignação e esperança*. Rio de Janeiro, Zahar.
- COSTA, Débora Alves da & SOUZA, Rogério Martins de. (2012), "A revolta digital: impacto das redes sociais da internet nos protestos de rua dos países árabes em 2011", in *Cadernos UniFOA*, 19, 37.
- GOMES, Isaltina Maria de Azevedo Mello et al. (2015), "Desejo de cidade: o papel das redes sociais no movimento Ocupe Estelita". *Anais Intercom*. Rio de Janeiro. Caderno de Resumos Intercom 2015. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. v. 1. p. 25-25
- LEFEBVRE, Henri. (2001). *O direito à cidade*. São Paulo, Centauro.
- LIMA, Venício A. de (2013), "Mídia, rebeldia urbana e crise de representação", in MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo, Boitempo/Carta Maior, 86-97.
- PESCHANSKI, João Alexandre. (2012), "Os 'ocupas' e a desigualdade econômica", in HARVEY, David; TELES, Edson & SADER, Emir et. al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo, Boitempo/Carta Maior, 27-30.
- MARTINS, Mariana & MOREIRA, Mariana (2014). "O que a imprensa de Recife não conta sobre o Estelita". <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/cronica-de-uma-morte-anunciada-a-cobertura-do-ocupeestelita-em-pe-3964.html>>. Acessado em 15/11/2018.
- POENER, Artur José. (1995). *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. São Paulo, Centro de Memória da Juventude.
- RABHA, Nina. (1984). *Cristalização e resistência no Centro do Rio de Janeiro*. Tese de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, datilo.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. (2016), "Loteamentos murados e condomínios fechados: propriedade fundiária urbana e segregação socioespacial", in VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.), *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo, Contexto, 147-168.
- SANTOS, Milton (1993). *A urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec.
- SERAFIM, Ana Regina. (2012), *Transformações do espaço urbano da cidade do Recife-PE como produto e condição de reprodução de intervenções urbanas: análise dos projetos de requalificação*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, datilo.
- SERPA, Angelo. (2016), "Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea", in VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato & PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.), *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo, Contexto, 169-188.
- SOUZA, Marcelo Lopes de (2016) "Semântica urbana e segregação: disputa simbólica e embates políticos na cidade 'empresarialista'", in VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.), *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo, Contexto, 127-146.
- TELES, Edson. (2012) "Democracia, segurança pública e coragem para agir na polícia", in HARVEY, David; TELES, Edson; SADER, Emir et. al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo, Boitempo/Carta Maior, 77-82.